

SERGIO PINTO MARTINS

TEORIA GERAL DO PROCESSO

8ª edição
2023

**saraiva**
EDUCAÇÃOAv. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadó
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Design e Produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari
	Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Claudirene de Moura Santos
Revisão	Denise Pisaneschi
Capa	Deborah Mattos
Adaptação de capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
OÍLIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

M386r Martins, Sergio Pinto

Teoria Geral do Processo / Sergio Pinto Martins.
– 8. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023
336 p.

ISBN: 978-65-5559-953-4

1. Direito Processual. 2. Teoria Geral do Pro-
cesso. 3. Jurisdição. 4. Código de Processo Civil.
I. Título.

2022-2671

CDD 341.4
CDU 347.9**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Processual	341.4
2. Direito Processual	347.9

Data de fechamento da edição: 1º-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 13759

CL 608203

CAE 812449

SUMÁRIO

Nota do autor	17
Capítulo 1	
Evolução Histórica.....	19
1 No estrangeiro.....	19
1.1 Direito romano.....	19
1.2 Processo germânico.....	20
1.3 França	21
1.4 Portugal.....	21
2 No Brasil	21
Capítulo 2	
Denominação e Conceito de Direito Processual.....	27
1 Denominação.....	27
2 Conceito.....	27
Capítulo 3	
Autonomia do Direito Processual.....	29
1 Teoria monista	29
2 Teoria dualista.....	29

Teoria Geral do Processo ■ Sergio Pinto Martins

3	Características da autonomia de uma ciência.....	30
4	Desenvolvimento legal.....	31
5	Desenvolvimento doutrinário.....	31
6	Desenvolvimento didático.....	31
7	Autonomia jurisdicional.....	32
8	Autonomia científica.....	32

Capítulo 4

Posição Enciclopédica do Direito Processual.....	33
--	----

Capítulo 5

Relações do Direito Processual com os Demais Ramos do Direito.....	35
---	----

1	Direito constitucional.....	35
2	Direito civil.....	35
3	Direito penal.....	36
4	Direito do trabalho.....	36
5	Direito tribunário	36

Capítulo 6

Fontes do Direito Processual.....	37
-----------------------------------	----

1	Fontes.....	37
2	Hierarquia.....	40

Capítulo 7

Aplicação das Normas do Direito Processual	43
---	----

1	Interpretação	43
2	Integração	45
3	Eficácia.....	46
3.1	Eficácia no tempo.....	46
3.2	Eficácia no espaço.....	47

Capítulo 8

Princípios do Direito Processual	49
---	----

1	Conceito	49
2	Distinção.....	51
3	Funções dos princípios.....	55
4	Princípios constitucionais e outros.....	57

▪ Sumário

4.1	Devido processo legal	57
4.2	Contraditório e ampla defesa	58
4.3	Juiz imparcial	59
4.4	Acesso à justiça	60
4.5	Direito de petição	61
4.6	Igualdade processual.....	61
4.7	Publicidade	62
4.8	Motivação das decisões judiciais	63
4.9	Celeridade e razoável duração do processo	63
4.10	Legalidade processual	64
4.11	Licitude da prova	65
4.12	Oralidade.....	65
4.13	Concentração dos atos na audiência.....	65
4.14	Lealdade processual	65
4.15	Economia processual	66
4.16	Dispositivo.....	66
4.17	Cooperação	66

Capítulo 9**Solução dos Conflitos..... 67**

1	Denominação.....	67
2	Classificação	68
3	Meios de solução dos conflitos.....	68
3.1	Autodefesa.....	68
3.2	Autocomposição.....	69
3.3	Heterocomposição.....	70
3.3.1	Mediação.....	70
3.3.1.1	Mediação extrajudicial.....	73
3.3.1.2	Mediação judicial.....	74
3.3.1.3	Confidencialidade e suas exceções.....	75
3.3.1.4	Pessoa jurídica de direito público.....	76
3.3.2	Arbitragem.....	78
3.3.2.1	Histórico	78
3.3.2.2	Denominação.....	79
3.3.2.3	Conceitos	79
3.3.2.4	Distinção.....	80
3.3.2.5	Natureza jurídica.....	81
3.3.2.6	Classificação.....	82
3.3.2.7	Espécies	82
3.3.2.8	Compromisso	83
3.3.2.9	Admissibilidade.....	83

3.3.2.10	Vantagens e desvantagens	84
3.3.2.11	Procedimentos	86
3.3.2.12	Dificuldades	87
3.3.3	Jurisdição	87

Capítulo 10

	Jurisdição	89
1	Etimologia	89
2	Conceito	89
3	Distinção	89
4	Funções	90
5	Elementos	90
6	Características	91
7	Princípios	93
8	Poderes da jurisdição	93
9	Classificação	94
10	Limites	96

Capítulo 11

	Poder Judiciário	97
1	Órgãos não jurisdicionais	99
2	Independência do poder judiciário	99
3	Vitaliciedade	101
4	Inamovibilidade	101
5	Irredutibilidade de subsídios	101
6	Impedimentos	102

Capítulo 12

	Organização Judiciária	103
1	Introdução	103
2	Supremo Tribunal Federal	104
3	Conselho Nacional de Justiça	106
4	Superior Tribunal de Justiça	108
5	Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais	108
6	Tribunais e Juízes do Trabalho	110
7	Tribunais e Juízes Eleitorais	111
8	Tribunais e Juízes Militares	113
9	Tribunais e Juízes dos Estados	113
10	Carreira da Magistratura	116

▪ Sumário

11	Órgãos auxiliares do Poder Judiciário	120
11.1	Distribuidor	121
11.2	Contadoria	121

Capítulo 13

	Ministério Público	123
1	Denominação	123
2	Evolução	123
3	Princípios	124
4	Divisão	124
5	Ministério Público Estadual	126
6	Impedimentos	130
7	Conselho Nacional do Ministério Público	130

Capítulo 14

	Advogado	133
1	Denominação	133
2	Evolução legislativa	133
3	O advogado	135
4	Direitos do advogado	136
5	Honorários advocatícios	140
6	Incompatibilidades e impedimentos	141
7	OAB	142
8	Defensoria pública	143
9	Advocacia pública	149

Capítulo 15

	Competência	155
1	Etimologia	155
2	Conceito	155
3	Classificação	156
4	Competência interna ou internacional	157
5	Competência absoluta	157
6	Competência relativa	158
7	Competência em razão da matéria	158
7.1	Competência em razão da matéria do STF	159
7.2	Competência em razão da matéria do STJ	160
7.3	Competência em razão da matéria dos Tribunais Regionais Federais ...	161
7.4	Competência em razão da matéria da Justiça do Trabalho	163

7.5	Competência em razão da matéria da Justiça Estadual.....	164
7.5.1	Acidente do trabalho	164
7.6	Competência da Justiça Militar	166
8	Competência em razão das peçoas	166
8.1	Competência pessoal do STF	166
8.2	Competência pessoal do STJ	167
8.3	Competência pessoal dos juízes federais.....	167
8.4	Competência pessoal da Justiça do Trabalho	167
8.5	Competência pessoal da Justiça Estadual	168
9	Competência em razão do valor.....	169
10	Competência territorial	169
11	Competência funcional	173
12	Perpetuação da jurisdição	173
13	Conflitos de competência	174
14	Regras gerais	175
15	Competência por distribuição	178

Capítulo 16

Ação..... 179

1	Conceitos	179
2	Teorias da ação	180
2.1	Imanentista ou clássica.....	180
2.2	Windscheid-Muther	180
2.3	Direito autônomo	181
2.3.1	Ação como direito autônomo e concreto	181
2.3.2	Ação como direito autônomo e abstrato	182
2.4	Liebman	183
3	Natureza jurídica da ação	183
4	Elementos da ação	184
5	Classificação das ações individuais.....	185
6	Classificação das ações coletivas	187
7	Condições da ação	188

Capítulo 17

Processo..... 191

1	Conceitos	191
2	Espécies	192
3	Natureza jurídica do processo	192
3.1	Direito romano	192
3.2	Processo como quase contrato	193
3.3	Processo como relação jurídica	193
3.4	Processo como situação jurídica	194
3.5	Processo como instituição	194

▪ Sumário

3.6	Conclusão	195
4	Relação jurídica processual	196
5	Sujeitos do processo	197
5.1	Litisconsórcio.....	198
5.2	Intervenção de escritos	199
6	Pressupostos da existência do processo	200
7	Pressupostos de validade do processo	201
8	Procedimento	202

Capítulo 18**Atos, Termos e Prazos Processuais..... 205**

1	Atos.....	205
2	Termo.....	207
3	Prazos processuais	207
3.1	Contagem do prazo	209
3.2	Exceções à regra.....	210
4	Comunicação dos atos processuais	212
4.1	Formas	213
4.1.1	Citação dependente de ato do juiz	219
4.1.2	Comunicação processual por carta	219
4.1.3	Nulidade da citação	222
4.2	Demais notificações.....	222

Capítulo 19**Nulidades..... 223**

1	Introdução	223
2	Conceito	224
3	Distinção.....	224
4	Sistema de nulidades	224
5	Vícios	225
5.1	Inexistência	225
5.2	Nulidade absoluta	226
5.3	Nulidade relativa	226
5.4	Anulabilidade	227
5.5	Irregularidades	228
6	Princípios das nulidades.....	228
6.1	Legalidade.....	228
6.2	Instrumentalidade das formas ou da finalidade	228
6.3	Economia processual	229
6.4	Aproveitamento da parte válida do ato.....	229
6.5	Interesse de agir	229
6.6	Qualidade	230
6.7	Lealdade processual	230

6.8	Repressão ao dolo processual	230
6.9	Princípio da conversão	231
6.10	Princípio da transcendência ou do prejuízo	231
6.11	Convalidação	231
7	Preclusão	231
7.1	Diferenças	232
7.2	Classificação da preclusão	232
7.2.1	Preclusão temporal	233
7.2.2	Preclusão lógica	233
7.2.3	Preclusão consumativa	234
8	Perempção	234

Capítulo 20

	Petição Inicial	235
1	Forma	235
2	Autoridade competente	235
3	Requisitos	236
4	Valor da causa	239
5	Outros requisitos	241
6	Documentos	242
7	Indeferimento da petição inicial	242
8	Inépcia da inicial	243
9	Modificações à postulação inicial	244

Capítulo 21

	Contestação	245
1	Denominação	245
2	Contestação	246
2.1	Preliminares	247
2.1.1	Inexistência ou nulidade de citação	248
2.1.2	Incorreção do valor da causa	248
2.1.3	Inépcia da petição inicial	248
2.1.4	Litispendência	249
2.1.5	Coisa julgada	250
2.1.6	Conexão e continência	250
2.1.7	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	251
2.1.8	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	252
2.2	Preliminares de mérito	253
2.2.1	Prescrição	253
2.2.2	Decadência	257
2.3	Defesa de mérito	258

▪ Sumário

Capítulo 22

	Prova	261
1	Histórico	261
2	Etimologia	261
3	Conceito	261
4	Princípios	262
5	Objetivo da prova	263
6	Ônus da prova	264
7	Valoração da prova	269
8	Meios de prova	269

Capítulo 23

	Sentença	271
1	Definições	271
2	Natureza jurídica.....	272
3	Função da sentença	273
4	Classificação das sentenças	273
5	Efeitos da sentença	275
6	Identidade física do juiz	276
7	Direito intertemporal.....	278

Capítulo 24

	Recursos	279
1	Histórico	279
2	Conceito	280
3	Natureza jurídica.....	280
4	Fundamentos	280
5	Classificação	281
6	Duplo grau de jurisdição	282
7	Princípios dos recursos	283
	7.1 Vigência imediata da lei nova.....	283
	7.2 Unirrecorribilidade	284
	7.3 Fungibilidade	284
	7.4 Variabilidade	285
	7.5 Legalidade.....	285
8	Peculiaridades	285
	8.1 Efeito devolutivo	285
	8.2 Uniformidade de prazos para recurso	285
9	Juzo de admissibilidade	286
10	Efeitos dos recursos	287
11	Regras gerais	287

12	Pressupostos dos recursos	290
12.1	Objetivos	290
12.1.1	Previsão legal	290
12.1.2	Adequação ou cabimento	291
12.1.3	Tempestividade	291
12.1.4	Preparo	291
12.1.5	Representação	292
12.2	Subjetivos	292
12.2.1	Legitimidade	292
12.2.2	Capacidade	292
12.2.3	Interesse	292
13	Proibição de <i>reformatio in peius</i>	294
14	Uniformização de jurisprudência	294

Capítulo 25

	Coisa Julgada	299
1	Histórico	299
2	Etimologia	300
3	Fundamentos da coisa julgada	300
4	Classificação	302
5	Limites da coisa julgada	304
5.1	Objetivos	304
5.2	Subjetivos	305
6	Coisa julgada e declaratória incidente	306
7	Coisa julgada criminal e cível	307

Capítulo 26

	Execução	309
1	Histórico	309
2	Conceito	312
3	Princípios	312
4	Características	313
5	Pressupostos	313
6	Título executivo	313

	Bibliografia	317
	Índice remissivo	329